

Breve comentário sobre Neri e Hecksher

O artigo de Marcos Hecksher e Marcelo Neri representa uma bem-vinda contribuição para o debate brasileiro sobre desigualdade de renda, examinando de forma minuciosa questões de mensuração que normalmente ficam em segundo plano. Hecksher e Neri passam sua lupa por cima das tabulações do imposto de renda de pessoas físicas (IRPF) publicadas pela Receita Federal para avançar na compreensão do que realmente aconteceu nos últimos quinze anos.

(Em retrospecto, é evidente que deveríamos ter tido o mesmo cuidado com os resultados alvissareiros das PNADs dos anos 2000, ainda mais diante de um bom conjunto de alertas e evidências sobre as limitações das pesquisas amostrais para captar os rendimentos dos mais ricos. Afinal, há décadas sabemos que PNAD subestima os rendimentos e, mundo afora, a qualidade das pesquisas domiciliares vem caindo...)

Hecksher e Neri abordam duas questões principais. Primeiro, eles tentam entender o comportamento misterioso, para não dizer errático, dos dados agregados do IRPF. Os pontos específicos são variados -- por exemplo, o ritmo fulminante de crescimento da renda média, o surpreendente "rejuvenescimento" dos declarantes, e assim por diante --, mas as hipóteses apresentadas partem do pressuposto comum de que tais mistérios têm causas artificiais, isto é, refletem muito mais as idiosincrasias do sistema tributário brasileiro do que variações no mundo real.

Segundo, eles tentam avaliar se esses ruídos nos dados alteram ou não as conclusões de uma recente leva de estudos que, a partir da combinação do IRPF com a PNAD ou outras fontes, concluiu que a queda da desigualdade foi, na melhor das hipóteses, bem menor do que a imaginada.

O estudo de Hecksher e Neri tem muitas virtudes, ainda mais diante da falta de informações que poderiam de fato nos conduzir a conclusões mais fortes. Como os próprios autores reconhecem, essa limitação faz com que as evidências apresentadas sejam mais sugestivas do que definitivas.

Não obstante, creio que o texto teria muito a ganhar se separasse suas duas perguntas de pesquisa de modo mais claro. Com efeito, os resultados mostram que de fato há muita flutuação e grande influência de regimes tributários especiais para os declarantes "mais pobres" do IRPF, isto é, aqueles próximos à linha de isenção. Logo, o número total de declarantes e a renda total declarada varia artificialmente de ano a ano. Com isso, a "renda média por declaração", muito utilizada por Hecksher e Neri, é uma variável que traz muito pouca informação de fato.

O ideal seria fixar uma proporção da população e, melhor ainda, considerar apenas os 5% ou 10% mais ricos. Para esse público, as anomalias do IRPF são bem menores -- e é por isso que que os trabalhos sobre desigualdade só incorporam as informações desses subgrupos do IRPF em suas análises.

Mais uma vez, os próprios autores reconhecem isso em diversos momentos, embora deslizem ocasionalmente para afirmações mais taxativas que levantam dúvidas (ainda) injustificadas sobre a validade das informações do IRPF. Por exemplo, discrepâncias entre PNADs, IRPF e os agregados das Contas Nacionais são esperadas, decorrendo de conceitos distintos de rendimentos. Para uma comparação mais acurada, seria necessário combinar essas fontes distintas dentro do arcabouço de Contas Nacionais Distributivas, algo que venho desenvolvendo em co-autoria com Marc Morgan. Sou o primeiro a admitir, contudo, que nem assim todos os problemas são sanados, uma vez que esse tipo de exercício requer muitos pressupostos adicionais para o tratamento dos dados.

Seja como for, há muito a elogiar no estudo de Hecksher e Neri, que, como toda boa pesquisa suscitou em mim uma lista imensa de comentários, críticas e sugestões que ultrapassam o escopo deste breve texto. Ao combinar uma abordagem cética com a investigação detalhada de uma série de temas, os autores trouxeram uma contribuição metodológica importante para um debate que ainda está longe de ser encerrado.

Pedro H. G. Ferreira de Souza
29/8/2019